

# As bibliotecas utopianas

Maria do Rosário Monteiro

*Universidade Nova de Lisboa*

## Resumo

Este artigo analisa a forma como as utopias e distopias abordam a questão dos livros e das bibliotecas. A leitura e a escrita são formas de liberdade individual e expressão da capacidade criativa da humanidade. As utopias são propostas de organizações sociais que têm por objectivo o bem comum. Está-se, portanto, perante um conflito potencial entre as esferas do privado e do público. Tenta-se perceber como é que este conflito é resolvido ou evitado e, ao mesmo tempo, por que razão a esmagadora maioria das utopias ignora esta questão. Analisa-se esta problemática num corpus constituído por três utopias, uma distopia e duas utopias ambíguas.

## Palavras-chave

Bibliotecas, Utopia, Distopia.

---

*Maria do Rosário Monteiro* é atualmente Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa onde tem lecionado, entre outras, as disciplinas de Literatura Comparada, Literatura e Mitologia, Teorias e Técnicas Comparatistas e História das Idéias, ao nível da licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, bem como Seminários de Literatura Comparada no Mestrado de Estudos Literários Comparados. Para além de diversos artigos na área dos Estudos Comparados, publicou **J. R. R. Tolkien *The Lord of the Rings: A Viagem e a Transformação***. Tem ainda mais de uma dezena e meia de traduções publicadas de que salienta **Compêndio de Literatura Comparada**, de Pierre Brunel e Yves Chevrel (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004). Pertence ao Instituto de Estudos Portugueses da FCSH e as suas áreas de investigação são: utopias literárias, mitos literários, literatura fantástica e ficção científica. Encontra-se presentemente a preparar um projeto de investigação sobre “Mundos Alternativos” a submeter à Fundação para a Ciência e Tecnologia.

## 1. Introdução

El Universo (que otros llaman la Biblioteca) se compone de un número indefinido, y tal vez infinito, de galerías hexagonales... (BORGES, 2003b, p.86)

No conto “A Biblioteca de Babel”, Jorge Luis Borges dirige-se ao leitor, encaminhando-o para o significado simbólico da palavra *livro* (*liber/biblion*): um símbolo do universo – o *liber mundi* e o *liber vita*. A biblioteca é um conjunto de livros, logo, como símbolo, partilha do mesmo significado mas de forma ampliada. Borges explora este sentido aumentado quando afirma que o universo/biblioteca é simultaneamente indefinido e infinito. Contudo, corrobora a noção de que o universo, embora infinito, não é caótico, apresentando uma estrutura racional, equilibrada e regular: *un número indefinido, y tal vez infinito, de galerías hexagonales*<sup>1</sup>.

Inevitavelmente, o leitor tem de concordar como narrador: o que lhe descrevem é razoável, e, mais importante ainda, imaginável. O signo «biblioteca» está, para a maioria dos ocidentais, associado à imagem de um edifício - i.e. uma estrutura sólida, racionalmente projectada e construída, obedecendo às leis da física, capaz de resistir às forças inesperadas dos elementos, à imprevisibilidade da natureza. Este edifício cumpre duas funções que encerram em si, por vezes, objectivos opostos: guardar o conhecimento na forma de registos (sejam livros, documentos, CDs, DVDs, ou qualquer outro meio de registo que a tecnologia nos providencie) e disponibilizar esse conhecimento ao público. Um edifício habitado conjuntamente por palavras, guardadas em quilómetros de prateleiras, e por pessoas, lendo em silêncio, ou, eventualmente escutando alguém lendo em voz alta.

Este edifício racionalmente concebido pode apresentar algumas características peculiares. Quando se imagina a biblioteca ideal de uma sociedade em evolução espera-se que ela guarde todo o conhecimento acumulado desde a invenção da escrita até ao presente, mas também, todos os livros ainda por escrever. Uma biblioteca ideal terá, certamente, pelo menos uma cópia da *Épica de Gilgamesh* mas também todos os manuscritos dos poetas por nascer.

Apesar de indefinida e talvez infinita – ou *ilimitada y periódica* – a biblioteca borgeana é um universo estático. Ali todo existe eternamente na sua totalidade, e o único elemento finito são os bibliotecários/humanidade.

Quizá me engañen la vejez e el temor, pero sospecho que la especie humana – la única – está por extinguir-se y que la Biblioteca perdurará; iluminada, solitaria, infinita, perfectamente inmóvil, armada de volúmenes preciosos, inútil, incorruptible, secreta. (BORGES, 2003b, p.98)<sup>2</sup>

A biblioteca ideal é um universo em expansão porque guarda, protege e dissemina os êxitos intelectuais da espécie humana cuja

<sup>1</sup> Em “El jardín de senderos que se bifurcan”, Borges explora a ideia de *multiversos* também eles indefinidos e infinitos, caracterizados pela multiplicidade infinita de possibilidades racionais, mas aos quais não atribui uma forma geométrica (2003a, pp.100-118).

<sup>2</sup> “Talvez me enganem a velhice e o temor, mas tenho a suspeita de que a espécie humana – a única – está prestes a extinguir-se e que a Biblioteca perdurará: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta.” (BORGES, 1989, p. 489).

evolução, ao contrário dos bibliotecários borgeanos, se acredita ser ainda um processo em desenvolvimento. Enquanto o bibliotecário borgeano consome a sua vida na busca do livro supremo, o livro dos livros, na biblioteca ideal, interminável, investiga-se o passado e procura-se o conhecimento, o poema, o pensamento que um dia ganhará forma através das palavras escritas, ou lidas, ou escutadas.

A biblioteca ideal não é apenas fruto de um pensamento racional e organizado, um signo com forma e referente. É também um símbolo<sup>3</sup>. A descrição que melhor serve, em minha opinião, a imagem ideal dos livros e das bibliotecas é que Ursula K. Le Guin apresenta no romance *The Telling*: os livros são *Arbores* (LE GUIN, 2000, p.111). Mas são árvores plantadas por mãos humanas, logo não encontraremos entre elas a Árvore do Conhecimento que Deus plantou no meio do Jardim do Éden. Árvores criadas por seres humanos não podem ser o livro dos livros que o bibliotecário borgeano procura durante toda a vida. *Arbores*/livros humanos crescem a cada leitura; sempre que um livro é lido (silenciosamente ou em voz alta, num acto solitário ou partilhado) ele é recriado, reinventado, comentado, corrigido, alterado pelo leitor/ouvinte, e este processo produz novas *arbores* que crescem até se transformarem nas infindáveis florestas/bibliotecas milenares da razão e da imaginação: *the jungle was endless, and it was no one jungle, but endless jungles, all burning with bright tigers of meaning, endless tigers...* (LE GUIN, 2000, p.111)<sup>4</sup>

Uma biblioteca existe apenas no processo dialético da proteção e da partilha. Um livro sem leitores está seriamente amputado, a sua mensagem um pensamento esquecido, é uma árvore ameaçada porque privada de nutrição. Para existir, a floresta necessita da interação com as outras árvores, com os seres que as habitam, da interação com a água, a terra, o ar e os minerais. A floresta é uma rede de interdependências. O livro é uma combinação de inter- e intratextos, ativada de forma diferente cada vez que um leitor viaja por entre as palavras e renova as relações a cada leitura.

A biblioteca só pode cumprir cabalmente as suas funções – proteger e disseminar as produções da razão e da imaginação – se o leitor for livre. A leitura é um acto individual de suprema liberdade. Quando um leitor percorre com os olhos as frases impressas, em busca de conhecimento, prazer estético, ou mera informação, ele é livre de fazer com as palavras e as ideias que lê o que muito bem entender: pode incluí-las no seu próprio pensamento, pode escolher ignorar uma ou várias partes, ou até mesmo toda a informação, pode discordar e comentar o que lê – se não para outros, pelo menos para si mesmo. Ler é um ato de liberdade criativa que, quando partilhada, faz avançar a humanidade no caminho do conhecimento.

Ao longo da história, houve inúmeras tentativas para coagir a liberdade de expressão e pensamento, fatores que diferenciam os seres humanos dos animais, como expressa uma das personagens de *The Telling*:

<sup>3</sup> O símbolo é ambíguo e impossível de ser traduzido ou expresso integralmente de outra forma. O símbolo vivo mantém-se como “a melhor maneira de exprimir algo que não pode ser caracterizado de outra forma nem melhor” (JUNG, 1976, p.474); o símbolo “é uma espécie de mediador das incompatibilidades da consciência e do inconsciente, entre o escondido e o manifesto”, “o símbolo não é nem abstrato nem concreto, nem racional nem irracional, nem real nem irreal. É sempre ambos...” (JACOBI, 1971, p. 98; JUNG, 1968, p. 283; traduções de Maria do Rosário Monteiro).

<sup>4</sup> “A selva era inesgotável, e não era apenas uma selva, mas selvas intermináveis, todas ardendo com tigres brilhantes de sentido, tigres infinitos...” (tradução de Maria do Rosário Monteiro).

We have to talk about how to go and what to do, think about it, learn. [...] If nobody teaches us the words, the thoughts, we stay ignorant. [...] So, without the telling, the rocks and plants and animals go alright. But people don't. People wander about. They don't know a mountain from its reflection in a puddle. They don't know a path from a cliff. [...] They neglect things. Crops don't get planted. Too many crops get planted. [...] all we know is how to learn. How to study, how to listen, how to tell. If we don't tell the world, we don't know the world. We're lost in it and we die. (LE GUIN, 2000, p.144-145)<sup>5</sup>

Os incêndios de bibliotecas durante conflitos armados, a queima dos livros de Confúcio, na China, em 213 d. C, como estratégia para impor um novo poder dinástico, o *Index librorum prohibitorum*, publicado entre 1557 e 1966, os livros queimados pelos Nazis em 1933, todos estes atos são violentos ataques (muitas vezes com efeitos irreversíveis) à liberdade intelectual, quer coletiva quer individual.

A questão a que tentarei dar resposta neste artigo é a seguinte:

– Se o ato de ler se define por uma liberdade individual irrefutável, como o provam as teorias da intertextualidade, uma liberdade que deve ser partilhada através da comunicação, como é que a Utopia, concebida como a melhor sociedade possível, se relaciona com os livros e as bibliotecas?

A razão, o senso comum e a prática científica aconselham um ato preparatório anterior a qualquer estudo e conclusão: o de estabelecer um *corpus*. A utopia surge como gênero literário no princípio do século XVI. Uma pesquisa rápida a qualquer dicionário temático sobre este assunto testemunhará a existência de uma quantidade enorme de utopias conhecidas, escritas desde 1516. E há ainda a forte possibilidade de muitas virem a ser descobertas nas próximas décadas, uma vez que, como texto que propõe sociedades alternativas, a utopia foi muitas vezes alvo de proibições de toda a ordem por parte dos poderes instituídos. Para além disso, a precaução e a história da literatura aconselham prudência quando se estabelecem limites ou se decreta a morte de um gênero literário. A mente e a imaginação humanas têm um elevado grau de imprevisibilidade que tende a contradizer afirmações peremptórias. Por isso, não se cometerá aqui a imprudência de considerar a utopia como um gênero morto. A utopia evoluiu de uma sociedade perfeita e imutável (como a Biblioteca borgeana), para o seu equivalente negro e claustrofóbico, o texto distópico, para reemergir, na segunda metade do século XX como uma sociedade aberta, uma «quase utopia», uma utopia em construção, ou, para utilizar o termo cunhado por Ursula Le Guin, e retomado por Peter Ruppert em *Reader in a Strange Land* (1986), uma *utopia ambígua*.

Tendo esta genealogia em mente, tentar-se-á estudar as bibliotecas e os livros no seguinte *corpus* utópico:

– Tomás Morus, *Utopia* (1516), Johann Valentin Andreae, *Christianopolis* (1619), Louis-Sébastien Mercier, *L'an deux mille quatre cent quarante* (1771);

<sup>5</sup> “Nós temos de falar sobre como ir e como fazer, pensar sobre isso, estudar, aprender. (...) Se ninguém nos ensinar as palavras, os pensamentos, permanecemos ignorantes. (...) Por isso, sem a narrativa, as rochas e as plantas e os animais passam bem. Mas as pessoas não. As pessoas perdem-se. Não sabem distinguir uma montanha do seu reflexo numa poça. Não sabem distinguir um caminho de um penhasco. (...) Negligenciam as coisas. Não semeiam. Ou semeiam em excesso. (...) Tudo o que sabemos é como aprender. Como estudar, como ouvir, como falar, como narrar. Se não narrarmos o mundo, não conhecemos o mundo. Ficamos perdidos e morreremos” (tradução de Maria do Rosário Monteiro).

- Uma distopia imprescindível no que se refere ao uso e desuso dos livros: Ray Bradbury, *Fahrenheit 451* (1954);
- Duas “utopias ambíguas”: Pina Martins, *Utopia III* (1998) e Ursula K. Le Guin, *The Telling* (2000)<sup>6</sup>.

## 2. As bibliotecas na *Utopia*

No verbete *libraries*, no *Dictionary of Literary Utopias* (2000, pp.352-354), Raymond Trousson afirma que, nas utopias, as bibliotecas são descritas de dois modos: ou colecionam livros imaginários, ou colecionam livros reais comentados para os visitantes. E, diz Trousson, “em vez de estabelecerem os princípios, os escritores [de utopias] passam mais tempo a condenar ou a louvar autores antigos e modernos” (2000, pp.352-353).

Parante esta realidade, tem de se ter em conta que os autores de utopias se empenham em planejar racionalmente a sociedade e todos os seus elementos – das unidades familiares à organização política, das estruturas laborais aos sistemas educativos, do planeamento produtivo às leis do consumo. Contudo, quando se chega à questão das bibliotecas e dos livros, a grande maioria simplesmente ignora o seu uso e/ou controlo. Nestas circunstâncias, o mais interessante é tentar perceber porque é que uma minoria de utopistas perderam tempo a condenar ou expurgar o conteúdo da biblioteca ideal, e porque é que a grande maioria optou por ignorar os livros como elemento central na formação dos habitantes das suas sociedades ideais.

Platão abriu o caminho para a limpeza das bibliotecas quando expulsou o poeta da cidade ideal, esse elemento pernicioso, criador de ilusões e emoções. Tomás Morus, o fundador do gênero, optou por seguir um caminho diferente. Embora nunca mencione a existência de bibliotecas na Utopia, afirma que a leitura era a atividade preferida dos utopianos:

A maior parte consagra às letras estas horas de folga. De fato, é de regra haver cada dia lições públicas nas primeiras horas do dia, [...] um grande número de homens e de mulheres de todas as condições deslocam-se para escutar estas lições, uns umas, outros outras, segundo a inclinação natural de cada um (MORUS, 2006, p.505).

Para além disso, a dedicação ao estudo era a única razão pela qual alguém podia ser isento do trabalho na agricultura:

Da mesma isenção [do trabalho manual] gozam aqueles aos quais, por recomendação dos sacerdotes, e por voto secreto dos *sifograntos*, o povo tenha reconhecido ser oportuno conceder dispensa sem limite de tempo para se dedicarem ao estudo científico. [...] não é raro que um trabalhador manual, durante as horas de descanso, se consagre às letras com tal diligência e obtenha tal aproveitamento que seja dispensado do

<sup>6</sup> Para este estudo utilizaram-se as seguintes edições das obras referidas: Tomás Morus, *Utopia*, estudo introd. de José V. de Pina Martins, ed. crítica, trad. e notas de comentário de Aires A. Nascimento, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. A escolha desta edição justifica-se plenamente pela excelência do trabalho dos Professores Pina Martins e Aires do Nascimento que ofereceram à língua portuguesa uma edição da obra de Tomás Morus que em nada deve às reputadas edições de André Prévost (1978, versão francesa comemorativa do centenário do nascimento de Morus) ou de Edward Surtz e J. H. Hexter (1965, 4º volume da coleção *The Complete Works of St. Thomas More*, editada pela Yale University Press); Johann Valentin Andreae, *Christianopolis*, introd. E trad. de Edward H. Thompson, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1999; Louis-Sébastien Mercier, *L'an deux mille quatre cent quarante; rêve s'il en fut jamais*. Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMMM-89043&M=pageseule&Y=Texte>. Acesso em: 04 fev. 2008; Ray Bradbury, *Fahrenheit 451*, 1954, Londres: Flamingo, 1993; J. V. de Pina Martins, *Utopia III*, Lisboa: Editorial Verbo, 1998; Ursula K. Le Guin, *The Telling*, London: Harcourt Inc, 2000.

seu mester para passar à classe dos letrados. Nesta classe são escolhidos os embaixadores, os sacerdotes, os *traníboros*, enfim o próprio príncipe... (MORUS, 2006, pp.509-511)<sup>7</sup>

O estado humanista de Utopia via nesta dedicação às letras o método ideal para educar e regular as atividades do povo. Um povo letrado teria acesso aos valores humanistas, sendo mais difícil ceder às tentações e impulsos, ou seja a atos irracionais. De notar que na *Utopia*, Morus expõe o ideal de educação que partilhava com outros humanistas, e que defendia, entre outros aspectos, a educação nas letras para todas as crianças de ambos os sexos.<sup>8</sup>

Ora, sendo a leitura e os comentários de obras uma atividade tão florescente na Utopia, é legítimo assumirmos a existência de uma organização/construção de uso coletivo que possibilitasse o acesso aos livros. Para além disso, onde poderiam os utopianos ter guardado os “muitos milhares de exemplares” que resultaram das cópias das obras que Rafael lhes deixou e que eles imprimiram depois de instruídos na arte pelo navegante português (MORUS, 2006, pp.577-579). Onde colocar os novos exemplares das obras de filósofos como Platão e Aristóteles, de botânicos como Teofrasto, de gramáticos como Lascaris, de físicos (no sentido de médicos) como Galeno, ou mesmo de autores como Homero, Plutarco Eurípedes e Sófocles, para além do muito apreciado Luciano que os seduziu com as suas “historietas e graciosidade” (MORUS, 2006, pp.571-579), o mesmo autor que afirma, em *Uma História Verdíca*:

eu, por vã glória, resolvi deixar à posteridade qualquer coisa do género, só para não ser o único a não beneficiar da faculdade de contar histórias fantásticas. E já que não tinha nada de verídico para narrar [...], virei-me para a mentira, mas uma mentira mais desculpável que a daqueles, porquanto numa coisa serei eu verdadeiro: ao confessar que minto. Desta forma, i. é, declarando que não digo nem uma ponta de verdade, creio ficar absolvido da acusação que porventura me façam. Escrevo, pois, sobre coisas que não testemunhei nem experimentei, e que não soube da boca de outrem; mais ainda: que não existem em absoluto e que, de qualquer forma, não são susceptíveis de ocorrer. Portanto, não deve o leitor dar o mínimo crédito às minhas histórias. (LUCIANO, s.d., p.19)<sup>9</sup>

A referência aos textos clássicos tem, no caso da *Utopia*, uma explicação lógica: sendo um humanista cristão e escrevendo em 1516, Morus impregnou os utopianos com o seu próprio ideal de educação e conhecimento o qual só pode sobreviver se houver livros, um lugar para os albergar, bem como aos seus leitores. Talvez para Morus a existência de bibliotecas fosse um dado adquirido para qualquer sociedade racionalmente organizada. E nessas, devem ter lugar de destaque os livros, quer os científicos e edificantes, quer os de divertimento, que ensinam através do exemplo mas também da ironia. Contudo, se é verdade que os utopianos aprendiam depressa, como refere Rafael, também não podemos deixar de notar que possuem um caráter muito

<sup>7</sup> Na página 541 é reconfirmada a predileção que os utopianos têm pela leitura: «De facto, mesmo que não haja muitos que sejam dispensados dos trabalhos físicos para se dedicarem apenas à reflexão (como são os que desde os primeiros anos de vida são reconhecidos como sendo dotados de nobreza de carácter e de inteligência superior além de terem inclinação para as artes liberais), mesmo assim todas as crianças são iniciadas nas letras, e uma larga percentagem da população, homens e mulheres, ao longo de toda a vida, nas horas que [...] ficam isentas de trabalho manual, dedicam-se às letras».

<sup>8</sup> Ver VIVES, 1992. Vives, juntamente com Erasmo, foram dois dos principais pensadores da pedagogia humanista e, como se sabe, amigos íntimos de Morus.

<sup>9</sup> Como salienta Aires do Nascimento, Morus traduziu muitos epigramas de Luciano e, em conjunto com Erasmo, publicou os seus *Diálogos*, servindo o autor clássico como modelo “para traduzir pelo oposto a mensagem que procura exprimir e desmascarar a hipocrisia, ao mesmo tempo que solicita lucidez de espírito na graça da ironia” (MORUS, 2006, nota 115, p. 573)

mais receptivo do que criativo, e nenhuma informação nos é dada sobre as suas criações artísticas<sup>10</sup>.

Sendo uma sociedade perfeita e estável, a Utopia está, tal como a biblioteca borgeana, parada no tempo. Tomás Morus não pode conceber uma sociedade perfeita onde a educação, o conhecimento e até mesmo o prazer não estejam no centro da estrutura. Mas tudo isto serve uma finalidade: manter o equilíbrio moral e intelectual dos utopianos dentro do cânon estético do humanismo.

### 3. A biblioteca de *Christianopolis*

Escrita um século mais tarde, *Christianopolis* é outra utopia parada no tempo. Morus e Campanella foram sem dúvida as suas fontes e, como é prática corrente entre os utopistas, o texto de Andreae é uma alternativa às utopias anteriores, uma outra visão da sociedade perfeita, ditada por condicionalismos sociais, políticos e religiosos diferentes que fundamentam e justificam as alterações propostas. Contudo, esta alternativa consagra também muitas das propostas anteriores, ajustando-as à nova visão da sociedade ideal. Desde o início do gênero que se tornou evidente que os autores de utopias são também leitores críticos das propostas de outros escritores. Andreae leu criticamente Morus e Campanella. Se é verdade que o enquadramento religioso de *Christianopolis* é muito mais dogmático e autoritário do que encontramos em Morus, e a moral defendida muito próxima da calvinista, a preocupação com a educação aproxima *Christianopolis* da *Utopia* mas também da *Cidade de Deus* de Campanella. O projeto educativo de Andreae revê a proposta de Campanella, reconhece a utilidade das Humanidades na formação do caráter, como Morus, e anuncia as propostas educativas e reformadoras de Comenius.

Como salienta Edward Thompson, no prefácio da edição inglesa de *Christianopolis*, esta utopia era para Andreae, tal como para Morus, uma diversão, um jogo, mas também uma crítica à sociedade contemporânea (ANDREAE, 1999, pp.XIII-XIV). Porque toda a problemática da educação ocupa um espaço significativo na descrição de *Christianopolis*, não podemos deixar de lá encontrar, no coração da cidade, isto é nos edifícios que circundam a praça central, dominada pelo Templo, uma biblioteca: “A most extensive library [that] was kept in the first room [of the citadel], the offspring of infinite great minds arranged in categories and according to subject matter.” (ANDREAE, 1999, p.203)<sup>11</sup> Trata-se, portanto, de uma verdadeira biblioteca, com livros catalogados segundo os temas e organizada por categorias, como encontramos nas bibliotecas contemporâneas e onde se podem ler as produções dos grandes autores (provavelmente todos eles autores clássicos).

Por esta descrição somos tentados a imaginar uma sala também ela vastíssima (para poder albergar as obras de todos os «grandes» pensadores). Porém, seguindo uma prática constante em *Christianopolis*,

<sup>10</sup> “A bom dizer, era tal a facilidade com que copiavam as formas das letras, tão corretamente pronunciavam as palavras, tal a rapidez com que memorizavam e tal a fidelidade com que começaram a traduzir, que para nós isto seria tomado como prodígio...” (MORUS, 2006, p. 569). É de notar que estas capacidades são precisamente as que se desenvolviam no estudo das “Humanidades”, de que Morus era um especialista e exemplo acabado.

<sup>11</sup> “Uma vastíssima biblioteca era mantida na primeira sala da cidadela, o resultado de mentes infinitamente grandes, organizada por categorias e segundo as matérias” (tradução de Maria do Rosário Monteiro).

imediatamente depois desta imagem de grandeza infinita, Andreae faz o leitor regressar à realidade, apresentando as dimensões da «extensa biblioteca»: uma sala com 10x10 metros com 3,5 metros de altura.

Como é que uma sala, como 100 m<sup>2</sup>, pode conter tanto saber produzido pela humanidade?

very nearly everything that is by us believed to have been lost. There is no language on earth that has not contributed something of itself, and no great mind that has not paid its tribute, to this collection.

Yet it seemed [...] that the people of Christianopolis do not make great use of the library, and are content with a relatively small number of books, albeit powerful ones. (ANDREAE, 1999, p.203)

Andreae era um matemático rigoroso, logo temos de excluir a hipótese de erro. Creio que, tal como sucede com a própria cidade de Christianopolis, cujas dimensões são muito inferiores às definidas por utopias anteriores como as dimensões ideais para o estado perfeito, como observa Thompson (ANDREAE, 1999, pp.65-76), Andreae tem, de fato, em mente uma comunidade monástica. Mas, mesmo neste caso, um mosteiro com 400 membros é muito menor do que, por exemplo, o magnífico mosteiro de Cluny, que no seu apogeu chegou a albergar mil monges.

A biblioteca de Christianopolis é proporcional às dimensões da cidade perfeita, o que não é o mesmo que ser proporcional ao saber acumulado. A preocupação constante ao longo deste texto utópico é com a humildade: o habitante da cidade ideal deve ser humilde nas suas ambições porque, medida pela grandeza divina, a obra humana é infinitamente menor.

A biblioteca de Christianopolis é rica em obras, revelando um empenhamento com o conhecimento que justifica a colocação no coração da cidade das instituições ligadas à disseminação do saber, mas o objetivo desta biblioteca não é o enaltecimento do ser humano e das suas capacidades cognitivas, mas uma função prática. Por isso, apesar da beleza da biblioteca e dos seus volumes “o povo de Christianopolis não faz grande uso da biblioteca e contenta-se com um número relativamente pequeno de livros, embora poderosos” (ANDREAE, 1999, p.203). Os livros contidos na biblioteca e aqueles que os habitantes de Christianopolis escrevem têm por missão “promover a evolução da Cristandade, ridicularizar mundo e exprobrar Satanás” (ANDREAE, 1999, p.204). O espólio da biblioteca de Christianopolis é assim um misto de obras importantes para o saber, mas também um acervo que serve como troça aos intelectuais mundanos que produzem obras inúteis ao verdadeiro cristão.

Em *Christianopolis*, os livros não são banidos, são um tesouro peculiar, um misto de saber e ignorância, porque a palavra de Deus e a sua obra é tudo o que o verdadeiro cristão necessita. Este paradoxo traz imediatamente ao espírito a afirmação de Robert Elliott, em *The Shape of Utopia*: “a utopia de um homem é o pesadelo de outro”(1970, p.87).



Sem palavras que narrem a diversidade da vida humana, os habitantes de Christianopolis estão à beira da extinção, como os bibliotecários borgeanos. A liberdade limitada que os utopianos de Morus usufruíam, recebe um golpe mortal na *Christianopolis* de Andreae. Liberdade, diversidade e evolução são palavras com sentido limitado no léxico dos habitantes de Christianopolis. Embora tenham livros, cuidadosamente catalogados e guardados numa esplêndida biblioteca, essas obras são, muitas delas, repositórios de palavras mortas, uma vez que não têm leitores voluntários que as devolvam à vida.

#### 4. A biblioteca de Paris no ano 2440

No século XVIII, Louis-Sébastien Mercier, o fundador de um novo tipo de utopias – a uchronia, ou “a utopia que se desenvolve no tempo” (FORTUNATI, 2000, p.44) – imagina a cidade de Paris no ano 2440. Então, a magnífica e utópica cidade de Paris terá uma única biblioteca: a biblioteca do rei<sup>12</sup>. Surpreendentemente, a biblioteca do rei (que deu origem à Biblioteca Nacional de Paris) que no tempo de Mercier, possuía quatro vastas salas<sup>13</sup>, sofreu profundas e chocantes transformações:

Au lieu de ces quatre salles d'une longueur immense et qui renfermoient des milliers de volumes, je ne découvris qu'un petit cabinet où étoient plusieurs livres qui ne me parurent rien moins que volumineux. Surpris d'un si grand changement, je n'osois demander si un incendie fatal n'avoit pas dévoré cette riche collection? – oui, me répondit-on, c'est un incendie mais ce sont nos mains qui l'ont allumé volontairement. (MERCIER, s. d., p.187)<sup>14</sup>

Um “pequeno gabinete” era suficiente para guardar os poucos volumes que sobreviveram a um imenso *auto de fé*. De uma forma deliberada, os cidadãos tinham queimado os registros da história humana, filosofia, poesia, ciência, etc. A imagem de um holocausto de milhares de livros traz imediatamente à memória o episódio lendário do incêndio da Biblioteca de Alexandria, segundo alguns estudiosos, no século I a.C., por César (matéria sujeita a controvérsia).

Todos lamentaríamos a perda do espólio da Biblioteca de Paris e, enquanto lemos a descrição de Mercier, desejamos secretamente que algumas obras-primas completas habitem ainda a nova e minúscula biblioteca. Contudo, o sonho de Mercier (o pesadelo dos bibliófilos) ainda não acabou. O que permanece no gabinete não são obras-primas completas, mas textos expurgados ou censurados, conhecimentos parciais. Muito poucas obras sobreviveram na sua totalidade<sup>15</sup>. O bibliotecário, um “verdadeiro homem de letras” explica:

Convaincus par les observations les plus exactes, que l'entendement s'embarasse de lui-même dans mille difficultés étrangères, nous avons découvert qu'une bibliothèque nombreuse étoit le rendez-vous des plus

<sup>12</sup> Para uma análise mais pormenorizada das bibliotecas nas utopias do século XVIII, incluindo a de Mercier, remetemos o leitor para o artigo de Raymond Trousson (1998, pp.103-114).

<sup>13</sup> Com a construção da nova Bibliothèque Nationale de France, a Biblioteca na Rue Richelieu mudou de funções. Para se ter uma ideia da imensidade da biblioteca de Paris no século XVIII, aconselha-se uma visita virtual ao site Richelieu disponível em <http://www.bnf.fr/visiterichelieu/index.htm>.

<sup>14</sup> “Em vez das quatro salas de uma largura imensa e que encerravam milhares de volumes, apenas descobri um pequeno gabinete onde estavam vários livros que não me pareceram nada volumosos. Surpreendido por tão grande mudança, não ousava perguntar se um incêndio fatal não teria devorado essa rica coleção? – sim, responderam-me, foi um incêndio mas foram as nossas mãos que o acenderam voluntariamente” (tradução de Maria do Rosário Monteiro).

<sup>15</sup> Para uma análise pormenorizada do conteúdo da biblioteca utópica de Mercier, recomenda-se a leitura de R. Godenne (1972, pp.571-579).

grandes extravagances et des plus folles chimères. [...] mais nous n'avons fait qu'écarter les inutilités qui nous cachoient le vrai point de vue. [...] En effet que contenoit cette multitude de volumes? Ils étoient pour la plupart des répétitions continuelles de la même chose. [...] nous avons rassemblé dans une vaste plaine tous les livres que nous avons jugé ou frivoles ou inutiles ou dangereux; nous en avons formé une pyramide qui ressembloit en hauteur et en grosseur à une tour énorme: c'étoit assurément une nouvelle tour de Babel. [...] Nous avons mis le feu à cette masse épouvantable, comme un sacrifice expiatoire offert à la vérité, au bon sens, au vrai goût. (MERCIER, s.d., pp.189-190)<sup>16</sup>

Tratou-se, inegavelmente, do extermínio do pensamento e criatividade humanas em nome da “verdade”, “bom senso” e “bom gosto”.

A biblioteca de 2440 será, nesta visão utópica, talvez ainda mais pobre que a de Christianopolis. Pelo menos nesta última, as obras julgadas de “falsas”, de “ilógicas” e de “mau gosto” eram conservadas como exemplo a não seguir.

Com a exceção parcial da *Utopia* de Morus, nas utopias literárias que analisamos até ao momento, os livros e as bibliotecas são considerados incompatíveis com a sociedade perfeita porque implicam a existência de uma liberdade que nenhum destes legisladores racionais parece ter vontade de aceitar.

## 5. A biblioteca na distopia

Nesta busca por livros e bibliotecas utopianas, o texto de Mercier fornece o elo necessário para saltar da utopia para a distopia. Krishan Kumar, em *Utopia and Anti-Utopia in Modern Times*, afirma que “a utopia e a distopia são antitéticas e, contudo, interdependentes. São ‘conceitos contrastantes’, que vão buscar o seu sentido e significado às diferenças mútuas. Mas a relação não é simétrica nem igual. A antiutopia é formada pela utopia e alimenta-se parasiticamente da primeira”(1987, p.100).

Da sociedade parisiense perfeita de 2440, que incinera livros e registos produzidos ao longo de milhares de séculos, à sociedade distópica no futuro que usa os bombeiros para queimar os restos de uma sociedade letrada, o salto é muito pequeno. Em *Fahrenheit 451* descobrimos uma sociedade esquizofrênica onde as pessoas já não lêem. Tudo está organizado de forma que os indivíduos se possam sentir felizes e divertidos o tempo todo, embora a taxa de suicídios aumente anualmente (BRADBURY, 1993, p.30). Para eliminar o *stress*, os cidadãos têm à sua disposição um parque onde quebram vidros ou então entram nos automóveis e guiam a velocidades vertiginosas ao longo das avenidas, atropelando tudo o que lhes aparece pela frente.

O comandante dos bombeiros, Beatty, explica de forma clara porque é que os livros devem ser queimados.

<sup>16</sup> “Convencidos, na sequência das observações mais exatas, de que o entendimento se atrapalha com mil dificuldades estranhas, descobrimos que uma biblioteca numerosa era o local de encontro das maiores extravagâncias e das quimeras mais loucas. [...] O que fizemos foi descartamo-nos das inutilidades que nos escondiam o verdadeiro ponto de vista. [...] Na realidade, o que continha aquela quantidade de volumes? Eram, na sua maioria, repetições contínuas da mesma coisa. [...] Reunimos numa vasta planície todos os livros que julgamos frívolos, ou inúteis ou perigosos; fizemos uma pirâmide com eles que parecia, em altura e largura uma torre imensa; era certamente numa nova torre de Babel. [...] Puxamos o fogo a essa massa horrível, como um sacrifício expiatório oferecido à verdade, ao bom senso, ao verdadeiro gosto” (tradução de Maria do Rosário Monteiro).

Once, books appealed to a few people here, there, everywhere. They could afford to be different. The world was roomy. But then the world got full of arms and elbows and mouths. Double, triple, quadruple population. Films, radios, magazines, books levelled down to a sort of paste pudding norm. [...] Books cut shorter. Condensations. Digests. Tabloids. Everything boils down to the gag, the snap ending. (BRADBURY, 1993, p.61).<sup>17</sup>

It didn't come from the Government down. There was no dictum, no declaration, no censorship, to start with, no! Technology, mass exploitation and minority pressure carried the trick, thanks God. Today, thanks to them, we can stay happy all the time... (BRADBURY, 1993, p.65).<sup>18</sup>

Aqui, a destruição dos livros e das bibliotecas não foi feita em nome da “verdade”, do “bom gosto” ou do “senso comum”, como no futuro de Mercier. Aqui, os livros são proibidos em nome da felicidade, da leveza de espírito, do divertimento. Pensar é difícil, por vezes doloroso. Uma espécie inteligente não precisa disso, o que quer é diversão. Para tal, explica Beatty:

We must all be alike. Not everyone born free and equal, as the Constitution says, but everyone *made* equal. Each man the image of every other; then all are happy, for there are no mountains to make them cower, to judge themselves against. So! A Book is a loaded gun in the house next door. (BRADBURY, 1993, p.65).<sup>19</sup>

É pequena a diferença entre Beatty e o *homme de lettres* de Mercier. Enquanto um não quer que as pessoas percam tempo a ler versões ligeiramente diferentes do mesmo pensamento ou sentimento, ou debatendo-se com opiniões contraditórias, o bombeiro não quer, pura e simplesmente, ser obrigado a fazer o esforço de pensar porque teme a competição, a comparação, sente-se constrangido quando é forçado a confrontar-se com as suas limitações. Ele quer ser um alienado.

Mas, enquanto na utopia de Mercier as pessoas viviam felizes com a limpeza das ideias e dos sentimentos em nome do progresso racional e da evolução, alguns habitantes da América distópica criada por Ray Bradbury conseguem sair do sistema e transformarem-se em «livros andantes», obras-primas memorizadas aguardando silenciosamente que a humanidade chegue ao fundo da degradação intelectual e reinicie a subida da escada da racionalidade. Então, como uma Fênix renascida, o conhecimento, os sentimentos, a razão e a dor expressos em palavras poderão reviver.

Comparando *Fahrenheit 451* com as duas utopias anteriores é-se confrontado com um paradoxo: no que diz respeito os livros e às bibliotecas, ou dito de outro modo, à capacidade e criações intelectuais humanas, a distopia de Bradbury oferece mais esperança do que as sociedades perfeitas de Andreae e Mercier.

Por outro lado, comparando as três utopias e esta distopia, tem de se concluir que, nestes textos, o problema que envolve a biblioteca

<sup>17</sup> “Primeiro, os livros interessavam apenas a minorias, aqui e ali, por todo o lado. Podiam permitir-se ser diferentes. O mundo era espaçoso. Depois o mundo encheu-se de braços, e cotovelos e bocas. A população duplicou, triplicou, quadruplicou. Os filmes, a rádio, as revistas, os livros, foram nivelados até formar uma espécie de massa de bolo” (tradução de Maria do Rosário Monteiro).

<sup>18</sup> “No princípio, o Governo nada teve a ver com isto. Nem um decreto, nem uma declaração ou censura, não! A tecnologia, a exploração das massas e a pressão sobre as minorias resolveram a questão, graças a Deus. Hoje, graças a eles, podemos estar sempre felizes...” (tradução de Maria do Rosário Monteiro).

<sup>19</sup> “Temos de ser todos iguais. Ninguém nasce livre e igual, como diz a Constituição, mas cada um é modelado para ser igual. Cada homem a imagem do seu semelhante, e assim todos ficam felizes, porque não há montanhas que os amedrontem, contra os quais tenham de se medir. Portanto, um Livro é uma arma carregada na casa do lado” (tradução de Maria do Rosário Monteiro).

e o seu conteúdo resulta, fundamentalmente do fato de as sociedades racionalmente planeadas enfrentar sérios problemas quando têm de lidar com a questão da liberdade individual. Ler e pensar são dois lados de uma mesma moeda, a da razão, e se os legisladores de sistemas políticos e sociais fechados quiserem manter o controlo das suas criações, têm de controlar os pensamentos e sentimentos das pessoas – a sua mente – e sujeitá-los sempre aos interesses do coletivo.

## 6. A biblioteca nas utopias ambíguas

O comportamento dos utopistas tradicionais é contraditório com a forma como a sociedade ocidental evoluiu desde o século XI, segundo Colin Morris (1987). A questão que se levanta é, então a de descobrir como será possível criar uma sociedade racionalmente organizada e, ao mesmo tempo, permitir que os indivíduos usufruam da sua liberdade individual e que evoluam de acordo com o seu ritmo pessoal sem com isso comprometer todo o sistema. É uma questão difícil de procura do equilíbrio que requer concessões das duas partes: os interesses coletivos não podem aniquilar a esfera individual, e esta não pode ignorar o conjunto de regras que tem de ser igual para todos. Se este equilíbrio for alcançado, então a utopia não pode continuar a ser uma sociedade perfeita, uma vez que a perfeição não precisa de evolução. A perfeição é um presente que ignora o passado e o futuro. Assim, a utopia tem de se transformar numa utopia ambígua, deixar de ser um estado e passar a ser um processo.

Esta é a experiência em que se lança Pina Martins. Num exercício de extrapolação, tenta responder à seguinte questão: se a Utopia de Morus tivesse sobrevivido *incognitus* até ao fim do século XX, como é que seria? Continuará a ser a mesma sociedade humanista, perfeita, fechada, ou teria mudado?

Um descendente do marinheiro português Rafael Hitlodeu, embaixador utopiano no mundo exterior, pede ao académico Pina Martins, especialista do humanismo, para que escreva a história da Utopia atual e, ao longo de variadíssimos diálogos, fornece algumas respostas. É de notar a substituição do nome da personagem principal: Rafael é o nome do arcanjo que guia e que cura, função que o marinheiro português teria na obra de Tomás Morus: curar a sociedade cristã corrompida, mostrando-lhe também o caminho da verdade e da redenção social e moral. No texto de Pina Martins o narrador é Miguel Marco, nome que combina a combatividade do arcanjo Miguel com a transmissão da “boa nova” do primeiro evangelista, o que caminhou com Paulo e Pedro e que com a sua obra determinou a forma como os evangelhos canónicos foram escritos. Miguel Marco será assim um guerreiro espiritual do humanismo, mas também o anunciador da boa nova: a de que a utopia é possível.

Nas mãos de Pina Martins a utopia de Morus sofre várias transformações: geográficas, políticas e culturais. A própria estrutura do texto é alterada. Pina Martins funde os dois livros de Morus: a crítica ao mundo contemporâneo e a descrição da sociedade perfeita, que constituem os dois livros, são transformadas num único texto onde a crítica social e política e a descrição da sociedade perfeita vão a par. No final, Pina Martins apresenta uma resenha onde coloca lado a lado as diferenças entre a Utopia I (a de Morus/Rafael) e a Utopia III (a que é descrita por Miguel/Pina Martins).

Num resumo das mudanças há a salientar as seguintes: devido à atividade sísmica, a ilha divide-se em três, formando um arquipélago; um violento tremor de terra destruiu todas as casas (que no tempo de Rafael eram todas iguais), exceto os monumentos; a propriedade privada é introduzida e cada cidadão aprende um ofício; a escravatura e a pena de morte foram abolidas, mantiveram-se as refeições comunitárias apenas nas ocasiões festivas.

No que se refere às bibliotecas e aos livros, na *Utopia III* encontramos a descrição de três grandes bibliotecas, uma em cada ilha, sendo a de Amarauto a mais rica. É uma biblioteca dedicada aos livros mais raros (*cimelia*), utopianos e não utopianos. Tem 27 mil obras diferentes, num total de 33333 volumes (MARTINS, 1998, p.373). Entre os livros colecionados pelos utopianos modernos encontram-se obras desde o século XII ao século XIX, filosóficas e científicas, todas perfeitamente catalogadas.

Na biblioteca da ilha de Amórnova encontram-se apenas obras científicas e de humanismo enquanto a biblioteca de Laisínova é dedicada à história e à cultura. Nesta há uma sala reservada para conferências sobre utopia, poesia, filosofia, política, etc., o que significa que os livros e as ideias são ali discutidos, partilhados e comentados (MARTINS, 1998, p.389). Aparentemente estaríamos numa sociedade para a qual a erudição é fundamental, tal como sucedia na Utopia de Morus. Contudo, Miguel acaba por desmentir esta impressão ao afirmar, na sequência dos comentários feitos à biblioteca de Laisínova, que “a literatura é muito mais interessante do que a erudição”. Os utopianos modernos já não estão exclusivamente interessados nos livros como forma de educação, e reconhecem à literatura uma função necessária para a sociedade em geral, não só pelo seu aspecto lúdico, mas também como produtora de visões alternativas. Na utopia contemporânea já há espaço para a criatividade e para a produção de obras autóctones em todas as disciplinas: ciência, filosofia, arte, literatura<sup>20</sup>.

Para além destas três grandes bibliotecas temáticas, onde são preservados e estudados os livros antigos, a nova Utopia tem 333 bibliotecas públicas, sendo 33 académicas e 300 populares. Miguel, um entusiasta da informação precisa e rigorosa, informa Pina Martins de que há uma biblioteca por cada 99 habitantes. Nas bibliotecas populares (as mais numerosas) o leitor pode encontrar “milhares de livros históricos,

<sup>20</sup> Pina Martins seleciona diversos autores contemporâneos e dá-lhes a nacionalidade utopiana.

literários, lendários ou de ficção, de prosa moral, de poesia, de jogos e muitos outros” (MARTINS, 1998, p.392).

Do extenso diálogo entre Pina Martins e Miguel Marco Hitlodeu, retêm-se estas informações cruciais: a Utopia III é ainda uma sociedade racionalmente organizada; tenta manter o equilíbrio entre as esferas pública e privada; defende os valores humanistas, agora associados de forma natural à ecologia; preserva a sua identidade e reconhece que os seres humanos são simultaneamente racionais e emocionais. Deste modo, não é de surpreender que Miguel profira este desabafo, durante o seu último encontro com Pina Martins:

Vou sentir muitas saudades suas e deste poluído, corrupto e poluente país, contaminado e desordenado espaço onde nasceu o meu antepassado Rafael. [...] Como homens somos todos imperfeitos, embora sejamos talhados para a suprema perfeição. (MARTINS, 1998, p.565)

É esta assunção da imperfeição humana, e logo das suas criações, que abre esta utopia ao futuro, à evolução, ao sonho substituindo o pesadelo anunciado pelas distopias desde o final do século XIX e durante todo o século XX.

No romance de Ursula Le Guin, *The Telling*, os leitores entram no planeta Aka num momento crítico da sua história. Uma nova sociedade igualitária, baseada na tecnologia, no controlo e na organização racional tenta erradicar o modo de vida tradicional, antigo, convencional, caótico, baseado na palavra lida e partilhada. A nova organização social e política, importada de outros mundos, tenta destruir todos os elos emocionais enquanto as estruturas mais tradicionais, sobrevivendo na clandestinidade, tentam desesperadamente preservar a antiga forma de vida. Os defensores da nova ordem consideram a sociedade igualitária a única via possível para a evolução, culpando as estruturas tradicionais pela estagnação intelectual e tecnológica. As duas formas opostas de vida precisam de encontrar um compromisso.

O que torna Aka num mundo único reside não no estado igualitário, semelhante a tantos outros da história humana, mas na cultura que se baseia na aceitação da diferença e se desenvolveu durante muitos séculos. A Narração (*telling*) é um conjunto milenar de pensamentos, sentimentos, experiências, conhecimento, filosofia, poesia, e religião, tudo intimamente interligado com a vida do dia-a-dia das populações; um sistema de pensamento que utiliza a memória das pessoas, mas também registros, pinturas, livros e contadores profissionais que contribuem para a preservação da Narração, ao partilharem as suas histórias com os ouvintes que alimentam o sistema com as suas interpretações pessoais, comentários, reações, etc.

A maioria das bibliotecas antigas em Aka foi destruída, tal como em *L'an deux mille quatre cent quarante e Fahrenheit 451*, mas em vez de recorrerem ao fogo, os livros e documentos foram esmagados, amalgamados, para servirem como material isolante nas construções dos novos edifícios.

A única biblioteca que sobreviveu enfrenta dois problemas graves. Primeiro, é uma estrutura ilegal que sobrevive na clandestinidade, escondida em cavernas nas montanhas. Segundo, a biblioteca onde são guardados os textos ainda existentes da Narração não tem catálogos. Tudo está escondido, amontoado, nas cavernas labirínticas, sem qualquer tipo de organização. Um caos de palavras nas suas múltiplas formas de registro.

Books, thousands of books, in leather and cloth and wooden and paper bindings, unbound manuscripts in carved and painted boxes and jewelled caskets, fragments of ancient writing blazing with gold leaf, scrolls in tubes and boxes or tie with a tape, books of vellum, parchment, rag paper, pulp paper, handwritten, printed, books on the floors, in boxes, in small crates, on rickety low shelves made of scrap wood from the crates. (LE GUIN, 2000, pp.195-196)<sup>21</sup>

Uma biblioteca sem um catálogo organizado de forma racional é praticamente inútil. Na realidade, nem sequer é uma biblioteca, mas um depósito de livros amontoados. Uma protobiblioteca, silenciosa, onde as palavras se perdem.

A solução é trazida por embaixadores de uma aliança planetária tecnologicamente mais evoluída e que se empenha em preservar o que é único e distintivo em cada cultura, partilhando as especificidades com as várias sociedades humanas.

Alcança-se um compromisso: Aka preservará e partilhará a sua forma de vida tradicional com o resto do universo, e os estrangeiros compartilharão a sua tecnologia e conhecimentos científicos que serão usados não para sufocar a cultura tradicional, mas para a alimentar com novas ideias práticas e úteis. Aka transformar-se-á numa utopia ambígua que procurará um equilíbrio entre a racionalidade e a ordem, por um lado, e a liberdade criativa, por outro.

## 7. Conclusão

As bibliotecas são estruturas desenvolvidas por seres inteligentes com o objetivo de preservar o que é específico da espécie: a sua inteligência, uma combinação complexa de emoção e racionalidade. Essa preservação só será efetiva se livremente partilhada entre os seres humanos, e se lhes for permitido contribuir com as suas ideias pessoais, exegeses, objeções e sentimentos. A biblioteca tem de ser capaz de acompanhar a evolução, de se desenvolver. Contudo, as marcas dessa evolução estão impressas na mente dos indivíduos. Ignorar ou destruir o passado guardado nas bibliotecas é uma forma de amputação da humanidade no seu desenvolvimento intelectual, é comprometer o futuro.

Eventualmente, as utopias tradicionais e as distopias acabam por exterminar o ser humano que as criou, ao cerceá-lo da evolução. As utopias ambíguas, sendo sociedades quase perfeitas baseadas na

<sup>21</sup> “Livros, milhares de livros, encadernados a couro, tecido, madeira e cartolina, manuscritos soltos guardados em caixas de Madeira esculpida e pintada e em cestas adornadas, fragmentos de escritos antigos brilhando com iluminuras douradas, rolos de pergaminho em tubos e caixas, ou atados com fitas, livros em papel velino, pergaminho, pano, pasta, escritos à mão, impressos, livros no chão, em caixas, em pequenas grades, em prateleiras instáveis feitas de restos de madeira das grades” (tradução de Maria do Rosário Monteiro).

partilha do conhecimento e na busca da perfeição, como dizia Miguel Marco Hitlodeu, são capazes de produzir guias que propõem caminhos novos e únicos.

Onde os meus guias me conduzem gentilmente  
Eu sigo, sigo ligeira,  
E não deixamos pegadas  
No pó do caminho.<sup>22</sup>

## Bibliografia

- ANDREAE, Johann Valentin. **Christianopolis**. Introdução e tradução de Edward H. Thompson. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1999.
- BORGES, Jorge Luis. A Biblioteca de Babel. **Obras Completas**. Trad. José Colaços Barreiros. Vol. 1. Lisboa: Teorema, 1989, pp. 483-489.
- \_\_\_\_\_. El jardín de senderos que se bifurcan. **Ficciones**. Madrid: Alianza Editorial, 2003a, pp. 100-118.
- \_\_\_\_\_. La Biblioteca de Babel. **Ficciones**. Madrid: Alianza Editorial, 2003b, pp. 86-99.
- BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. 1954. Londres: Flamingo, 1993.
- ELLIOTT, Robert. **The Shape of Utopia; Studies in a Literary Genre**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- FORTUNATI, Vita e TROUSSON, Raymond. **Dictionary of Literary Utopias**. Paris: Honoré Champion, 2000.
- GODENNE, R. La Bibliothèque de l'an 2440 selon L.-S. Mercier. **The French Review**. 45, 1972, pp. 571-579.
- JACOBI, Jolande. **Complex/Archetype/Symbol in the Psychology of C. G. Jung**. Trans. Ralph Manheim. Bollingen Series LVII. New Jersey: Princeton University Press, 1971.
- JUNG, C. G. **Psychological Types. Collected Works**. Trans. H. G. Baynes. Revision R. F. C. Hull. Bollingen Series XX. Vol. 6. New Jersey: Princeton University Press, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Psychology and Alchemy**. Trans. R. F. C. Hull. Bollingen Series XX. 2nd. ed.. Vol. 12. New Jersey: Princeton University Press, 1968.
- KUMAR, Krishan. **Utopia and Anti-Utopia in Modern Times**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- LE GUIN, Ursula K. **The Telling**. London: Harcourt Inc, 2000.
- LUCIANO. **Uma História Verdica**. Prefácio, tradução e notas de Custódio Magueijo. Edição bilingue. Lisboa: Editorial Inquérito, s.d.
- MARTINS, J. V. Pina. **Utopia III**. Lisboa: Editorial Verbo, 1998.
- MERCIER, Louis-Sébastien. **L'an deux mille quatre cent quarante; le rêve s'il en fût jamais**. Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM-89043&M=pageseule&Y=Texte>. Acesso em: 04 fev. 2008.

<sup>22</sup> LE GUIN, 2000, p. 77:  
*Where my guides lead me in  
kindness/I follow, follow lightly,  
And there are no footprints/  
In the dust behind us.*



- MORUS, Tomás. **Utopia**. Estudo introdutório de José V. de Pina Martins. Edição crítica, tradução e notas de comentário de Aires A. Nascimento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- MORRIS, Colin. **The Discovery of the Individual**. Toronto: University of Toronto Press, 1987.
- RUPPERT, Peter. **Reader in a Strange Land; The Activity of Reading Literary Utopias**. Athens (Georgia): The University of Georgia Press, 1986.
- TROUSSON, Raymond. Les Bibliothèques de l'Utopie aux XVIII Siècle. **D'Utopie et d'Utopistes**. Paris: l'Harmattan, 1998, pp 103-114.
- VIVES, Juan Luís. **Obras Completas**. Traducción castellana íntegra y directa, comentarios, notas y un ensayo biobibliográfico por Lorenzo Riber. 2 vols. Madrid: M. Aguilar, 1992.